



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 103

Correição Ordinária - Corregedoria

Nº CNJ : 0100423-43.2018.4.02.0000 (2018.00.00.100423-9)

RELATOR : Desembargadora Federal NIZETE LOBATO CARMO

REQUERENTE : EXMA. DESEMBARGADORA FEDERAL NIZETE LOBATO CARMO -
CORREGEDORA REGIONAL DA 2ª REGIÃO

REQUERIDO : 10ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ

ORIGEM : ()

DECISÃO

A correição ordinária na 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro (10VF-RJ) foi realizada de 4 a 8/6/2018, em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Apesar de comunicados, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Advocacia Geral da União e a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região, não enviaram representantes.

Pelos motivos explicitados na Portaria nº TRF2-PTC-2017/00195, de 11/5/2017, o órgão correicionado foi dispensado de responder questionário de pré-correição visto que as ferramentas tecnológicas atuais permitem acesso em tempo real às informações sobre serviços cartorários, complementadas, quando necessário, em entrevista pessoal e/ou correspondência eletrônica corporativa.

Os demonstrativos e mapas estatísticos da unidade foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro e do Portal de Estatísticas da 2ª Região antes, durante e, complementarmente, depois da semana da correição e permitem o resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correicionado:

	Correição Junho/2014*	Correição Março/2016*	Correição Junho/2018
Total	3.657	3.823	3.981
Suspensos	676	731	858
Remetidos para julgar recurso	1.516	1.209	932
Tramitação ajustada	1.465	1.883	2.191

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em 07/06/2018

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (nº 2016.02.01.900050-1, SIAPRO), realizada de 29 de fevereiro a 04 de março de 2016, foi arquivado em 18/11/2016 sem pendências às recomendações anteriores desta Corregedoria, a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 104

10/05/2016 (Ofício TRF2-OFI-2016/08719), e atendidas pelo Juízo em 03/12/2015 (Ofício JFRJ-OFI-2016/06175).

1. *Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;*
2. *Dar o devido andamento aos processos de verificação obrigatória;*
3. *Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;*
4. *Regularizar a situação das petições pendentes de juntada, especialmente a petição de agosto de 2014, referente ao processo nº 00240238420134025101;*
5. *Regularizar a situação dos documentos relativos ao cumprimento de ordem;*
6. *Verificar os processos sob sigilo/segredo de justiça, uma vez que foram encontrados, na amostra analisada, processos sem ordem judicial determinando o sigilo;*
7. *Verificar e cobrar a devolução dos processos remetidos aos órgãos externos com prazo de devolução vencido;*
8. *Promover o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro de suspensão do feito, de modo a evitar que o motivo de suspensão seja classificado como 'vazias';*
9. *Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como "vazias", promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro do movimento de conclusão;*
10. *Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;*
11. *Promover o correto preenchimento de todos os campos no sistema Apolo quando do registro da constrição de bens, efetuando a atualização progressiva dos registros, nos moldes dos artigos 204, 356 e 357, parágrafo único, todos da CNCR;*
12. *Promover o registro dos bens apreendidos/acautelados em processos cíveis no sistema Apolo, observando o preenchimento de todos os campos, conforme dispõe o artigo 203 §§ 1º e 2º, c/c o artigo 242, caput, ambos da CNCR. Efetuar o registro das informações de inserção obrigatória, bem como a atualização progressiva dos registros ao longo do tempo, nos moldes dos artigos 204 e 242, § 2º, da mesma Consolidação."*

Vistos os fatos analisados no período de 4 a 8/6/2018, **concluí pela regularidade da**



10ª Vara Federal do Rio de Janeiro, **recomendando**, nada obstante, ao órgão correccionado, o seguinte:

1. Estabelecer estratégias internas para dar celeridade às sentenças nos 131 processos conclusos há mais de 180 dias úteis, e especialmente há mais de 365 dias úteis, a saber: 0053346-66.2015.4.02.5101, 0003081-94.2014.4.02.5101, 0013609-27.2013.4.02.5101, 0002901-15.2013.4.02.5101, 0012540-52.2016.4.02.5101, 0155323-04.2015.4.02.5101 400 e 0034364-67.2016.4.02.5101 (item 6.3);
2. Priorizar despacho e decisão em processos conclusos além dos prazos previstos no art. 227, CNCR/2011 c/ art. 333, CNCR/2018 (item 6.3);
3. Identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria além do prazo estabelecido no art. 228, CNCR/2011 c/c art. 333, CNCR/2018 (item 9.3);
4. Regularizar as petições com cadastro antigo no sistema APOLO na forma prevista nos artigos 183 e 184, da CNCR/2011 c/c art. 333, CNCR/2018 (item 9.4);
5. Priorizar sentença na ação popular nº 0017202-59.2016.4.02.5101 e nas ACP's nos 0004928-39.2011.4.02.5101, 0155318-79.2015.4.02.5101 e 0003081-94.2014.4.02.5101, conclusas além do prazo estabelecido no art. 227 da CNCR/2011 c/c art. 333, CNCR/2018 (item 10);
6. Estabelecer rotinas para revisão do acervo suspenso, identificando os processos com prazos vencidos e/ou uniformizar a anotação do motivo da suspensão nos casos de recursos repetitivos ou repercussão Geral no sistema de acompanhamento processual (item 11);
7. Lavar os termos de abertura nos livros de Ponto, Reclamações e Entrega de autos a Advogados (item 14).

Por outro aspecto, nenhuma boa prática foi constatada pela equipe de correição.

Isto posto, submeto o Relatório com estas recomendações a exame do Conselho de Administração, nos termos decidido pelo Órgão Especial na sessão administrativa de 5/10/2017.

Após, encaminhe-se cópias ao(s) Magistrado(s) responsável(is) pelo órgão correccionado para que, em 30 (trinta) dias, informe(m) as providências adotadas para completa regularização da Vara, tendo em vista os fatos detectados em junho/2018. Recebidas as informações, e nada mais havendo, arquivem-se oportunamente os autos, com as cautelas de praxe.

Encaminhe-se, outrossim, cópias do Relatório e desta decisão ao Corregedor-Geral da Justiça Federal, em atenção ao artigo 4º, III, da Resolução n.º 49/2009, do Conselho da Justiça Federal.

Por fim, disponibilize-se o Relatório e esta decisão no sítio eletrônico desta Corregedoria.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2018.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 106

(Assinado digitalmente nos termos da Lei nº 11.419/2006)

NIZETE LOBATO CARMO
CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO